

## 4

### Sobre a noção de *critério* em Wittgenstein (ou como lidar com a ameaça cética)

#### 4.0

No presente capítulo, continuaremos o debate teórico acerca de nosso objeto, experimentando uma outra via a que nos pode levar a renúncia à tese tradicional da imanência do sentido. Pretendemos aqui buscar no pensamento do segundo Wittgenstein elementos que nos ajudem a indicar que a adoção de uma atitude cética quanto à identidade do plágio não é a única e obrigatória opção quando deixamos de crer que o significado de uma palavra ou de um texto seja algo preso à letra. Fundamental nessa exploração, conforme já se disse, é a discussão wittgensteiniana acerca da noção de *critério*, de que passamos a falar agora.

#### 4.1

##### Do conceito de *critério*

Começemos então por observar algumas ponderações acerca do conceito de *critério* feitas a partir da obra de L. Wittgenstein e de escritos de alguns dos seus mais importantes comentadores, notadamente Stanley Cavell, Hans-Johann Glock, Frédéric Nef, Newton Garver e Stephen Mulhall.

O verbete “critérios” do *Dicionário Wittgenstein*, de Glock, se inicia da seguinte maneira: “[critérios] são modos de determinar se algo satisfaz o conceito X ou evidências que corroboram que algo é X” (Glock, 1998, p.116). Nota-se nessa definição um sabor aparentemente essencialista; se substituíssemos a palavra “critérios” pela expressão “propriedades essenciais”, por exemplo, o conceito se encaixaria com perfeição em uma visão essencialista do significado.

No entanto, como pretendemos deixar claro ao longo deste capítulo, o *critério* wittgensteiniano em momento algum equivalerá ao tradicional feixe de propriedades metafísicas que, desde a Antiguidade, foi, com tanta frequência, tomado como a chave para se determinar “se algo satisfaz o conceito X”.

Estabelecendo-se desde logo o que a noção *critério não é* em Wittgenstein, cabe, como pré-requisito para um entendimento de suas reflexões mais positivas sobre o tema, fazermos uma observação que nos parece fundamental: em relação a *critério* vale também o que já experimentamos ao avaliarmos possíveis “definições” para o objeto da nossa investigação: ou seja, podemos enumerar elementos e declarações que indiquem aquilo que costuma ser entendido como *critério* na filosofia de Ludwig Wittgenstein; no entanto, considerar essa compilação de indicações como uma definição cabal é algo que se confrontaria com posicionamentos básicos que assumimos ao experimentarmos a visada não-immanentista wittgensteiniana sobre a linguagem. Assim sendo, o acesso aos *critérios* de Wittgenstein se dará por meio de sua relação com outros conceitos, como os de *jogos de linguagem, formas de vida, semelhança de família, gramática, regra*, já apresentados no capítulo 2.

Essa exploração do conceito de *critério* deve ser ainda precedida de uma justificativa geral para o lugar de destaque que este ocupa no presente trabalho. A principal justificativa é que boa parte das reflexões que Wittgenstein desenvolve sobre o conceito de *critério* se articulam centralmente às suas reflexões sobre o *ceticismo*<sup>1</sup>. Voltando-se sobretudo para a manifestação mais caracteristicamente moderna do ceticismo – a dúvida cética acerca da existência de outras mentes –, Wittgenstein nos oferece um caminho para contornar a atitude cética com respeito a perguntas como “como é que eu sei de verdade que essa criatura ao meu lado tem uma mente como a minha?”, “como é que eu posso saber se ela está mesmo sentindo dor?”. Como vimos, a pergunta que mais nos interessa aqui – “Como é que eu sei se estou diante de um caso de plágio?” – abre igualmente espaço para a atitude cética. Na tentativa de uma terceira via, que permita evitar a saída cética sem reincidir na opção immanentista tradicional, o exame da noção wittgensteiniana de *critério*, crucial em sua discussão do ceticismo, apresenta-se como um caminho promissor. Exploremos então esse caminho.

---

<sup>1</sup> Cf. Cavell (1969), Mulhall (1996), Glock (1998).

Como vimos anteriormente, para Wittgenstein a linguagem é entretecida com as práticas humanas, não havendo portanto possibilidade de dissociação entre um plano lingüístico e um extralingüístico – pelo menos não do modo como normalmente propõem pensadores de inclinação objetivista, que crêem na existência de uma dimensão autônoma que conteria entidades essenciais e seria anterior à linguagem. Com isso em mente, podemos mais bem apreender a caracterização sintética e geral do *critério* wittgensteiniano que nos oferece S. Mulhall (1996, p.5), com a qual nos parece adequado começar esta exposição:

O que são critérios? São as especificações lingüísticas em termos de quais falantes competentes julgam se algo se enquadra em um conceito específico; por conseguinte ligam os seres humanos entre si e os alinham com o mundo. Contudo critérios não simplesmente controlam a maneira de que falamos dos objetos: eles também determinam sua natureza essencial. [...] e já que os critérios determinam o que é algo ser água, um carro, uma cadeira e assim por diante – já que a essência é expressa pela gramática de acordo com Wittgenstein – uma investigação gramatical pode-nos dizer tanto sobre o mundo quanto sobre a linguagem”<sup>2</sup>.

Fica claro aqui o deslocamento proposto por Wittgenstein das reflexões acerca do significado. Ele aponta provocadoramente um novo lugar para as “essências”: a gramática. Ao afirmar, no §371 de suas *Investigações filosóficas*, que “A essência está expressa na gramática”, Wittgenstein não está naturalmente, com a palavra *essência*, referindo-se aos absolutos metafísicos que tanto se empenhou em combater. Pois a gramática, como vimos no capítulo 2, não é tributária de qualquer estrutura metafísica da realidade ou da mente. Reforça-se aí, antes, a idéia de que, como nos diz Wittgenstein no §435 das *IF*, “não há nada oculto”, nada anterior ou exterior às nossas práticas lingüisticamente articuladas: a estrutura do mundo não está por ser descoberta, mas nos é dada na superfície do tecido (cambiável) da linguagem, na sua gramática – e é nesse sentido que Mulhall afirma que “uma investigação gramatical pode nos dizer tanto sobre o mundo quanto nos diz acerca da linguagem”. A esse respeito, Cavell (1979, p.177-8) diz com propriedade:

---

<sup>2</sup> What are criteria? They are the linguistic specifications in terms of which competent speakers judge whether something falls under a specific concept; they therefore link human beings with one another and align them with the world. But criteria do not simply control the way we talk about objects: they also determine their essential nature. [...] and since criteria determine what it is for something to be water, a boat, a chair and so on – since essence is expressed by grammar as Wittgenstein has it – a grammatical investigation can tell us as much about the world as it does about language.

Ao “aprendermos uma língua” não aprendemos apenas quais são os nomes das coisas; mas o que é um nome; não apenas a forma para expressar um desejo, mas o que é expressar um desejo; não apenas qual é a palavra para “pai”, mas o que é um pai; não apenas a palavra para “amor”, mas o que é o amor. Ao aprendermos uma língua, não aprendemos somente a pronúncia dos sons ou sua ordem gramatical, mas as “formas de vida” que fazem desses sons as palavras que são, que fazem com que realizem os feitos que realizam – nomear, chamar, apontar, expressar desejo ou afeição, indicar uma escolha, uma recusa etc. E Wittgenstein vê as relações entre essas formas também como gramaticais<sup>3</sup>.

Os conceitos de *gramática* e *critério* são, como sugere a passagem de Mulhall, intimamente relacionados<sup>4</sup>. A estreita relação existente entre os dois termos pode ser verificada em importante passagem do *Livro azul* (1992, p.56), quando Wittgenstein nos diz que

É parte da gramática da palavra “cadeira” que *isto* é o que chamamos “sentar-se numa cadeira”, e é parte da gramática da palavra “sentido” que *isto* é o que chamamos “explicação de um sentido”; da mesma maneira que explicar o meu critério do que é uma dor de dentes de outra pessoa consiste em dar uma explicação gramatical sobre a expressão “dor de dentes” e, neste sentido, uma explicação respeitante ao sentido da expressão “dor de dentes”.<sup>5</sup>

Critérios permitem-nos responder à pergunta “como é que você sabe que é este o caso?”. Se me perguntam “como é que você sabe que ele está com dor?”, posso responder algo como “sei, porque ele está se contorcendo e gemendo, com a mão na barriga”. E é *isso* o que nós *chamamos* estar com dor. Se alguém objetar dizendo algo como “mas ele pode estar fingindo”, posso retrucar, wittgensteinianamente, afirmando “certo, mas, para que possa fingir, precisa, em todo caso, conhecer os critérios de que nos valem para atribuir dor a alguém em nossas práticas históricas e culturais; precisa, em outras palavras, conhecer a

---

<sup>3</sup> “[...] In learning language you learn not merely what the names of things are, but what a name is; not merely what the form of expression is for expressing a wish, but what expressing a wish is; not merely what the word for father is, but what a father is; not merely what the word love is, but what love is. In learning language, you do not merely learn the pronunciation of sounds and their grammatical orders, but the forms of life which make those sounds they are, do what they do – e.g., name, call, point, express a wish or affection, indicate a choice or an aversion etc. And Wittgenstein sees the relations among these forms as grammatical also.” Tradução de Helena Martins (2000, p.31).

<sup>4</sup> Ver sobre isso Garver, N. *This complicated form of life – essays on Wittgenstein*, 1994, Open Court: Illinois. p.177-196.

<sup>5</sup> It is part of the grammar of the word “chair” that *this* is what we call “to sit on a chair”, and it is part of the grammar of the word “meaning” that *this* is what we call “explanation of a meaning”; in the same way, to explain my criterion for another person’s having toothache is to give a grammatical explanation about the word “toothache” and, in this sense, an explanation concerning the meaning of the word “toothache” (Wittgenstein, 1969, p.24).

gramática da palavra *dor*”. É nesse sentido que Mulhall diz que os critérios são especificações lingüísticas: se eu digo algo como “meu amigo está caído no chão gemendo e se contorcendo com a mão na barriga, portanto vou verificar se ele está com dor”, isso sugere que desconheço a gramática da palavra *dor*. Esse ponto será retomado adiante.

O conceito de gramática – e, portanto, também o de *critério* – está, como vimos no capítulo 2, profundamente entrelaçado com outros elementos fundamentais para uma *visão wittgensteiniana de linguagem*. A gramática de uma palavra está, é claro, fortemente relacionada ao fato de ser a linguagem, segundo Wittgenstein, um fenômeno *regulado*: a validade de nossos lances mais e menos arriscados nos jogos de linguagem depende das **regras de uso**, das regras gramaticais para o emprego de uma dada palavra. Conforme esclarece Glock (1998, p.193), salientando a distinção entre a abordagem wittgensteiniana e a tradição metafísica,

as “regras gramaticais” são padrões para o uso correto de uma expressão, que “determinam” seu significado. [...] O termo “correto” aqui não significa “verdadeiro”, uma vez que se pode utilizar um termo de acordo com regras lingüísticas sem que se diga que algo é verdadeiro. Entretanto, se aplicado a objetos aos quais não poderia aplicar-se verdadeiramente, um termo terá seu uso destituído de significado.

O conceito de **regra** é, pois, constitutivo do de **gramática**, fazendo também um elo entre este último e o de **jogos de linguagem**, como nos mostra Nef (1995, p.149):

Por “gramática da palavra dor” entendem-se pois as regras de uso da palavra, que tornam o seu emprego apropriado. O conceito de gramática tem em comum com o de jogo, o de regra. [E o que] Wittgenstein tem em vista é o aspecto simultaneamente **constutivo e ilusório** da constituição da regra ou das regras.

A gramática e as regras que a constituem nos dão elementos que nos possibilitam, mesmo diante da inexistência de uma estabilidade (à moda imanentista) dos significados, usar as palavras, reconhecê-las e projetá-las em diferentes contextos. Embutidos nos sistemas de regras gramaticais estão os critérios, que nos possibilitam aferir “se algo satisfaz o conceito *X*” (Glock, 1998, p.116). A caracterização que Nef faz da gramática como *constitutiva e ilusória* salienta o fato de que ela é o que nos dá o chão necessário às nossas práticas, que fixa o sentido das palavras, traçando limites no momento em que abandonamos a crença no objetivismo lingüístico. E essa estabilidade é, para o autor, ao mesmo

tempo ilusória, já que as regras e os critérios não são fixos e nem podem ser analisados aprioristicamente.

O conceito de critério, bem como as relações que este mantém com outros conceitos correlatos, são investigados por Newton Garver, importante leitor da obra wittgensteiniana, em seu *This complicated form of life*. Na seção de seu livro dedicada aos critérios, ele faz uma elucidativa enumeração de algumas características distintivas dos mesmos<sup>6</sup>. Comentaremos a seguir alguns desses pontos, em que se recapitulam, se esclarecem e se desenvolvem aspectos presentes na discussão feita até aqui.

Um primeiro e importante item do exercício descritivo desenvolvido por Garver (1994, p.181) é a identificação dos critérios como **instrumentos humanos**, que não têm, portanto, existência autônoma, só podendo ser bem compreendidos se são levados em conta “os papéis característicos que desempenham nos assuntos humanos”. Ao indicar para que servem tais instrumentos, o teórico enfatiza o ponto, já visto, de que os critérios **governam o uso das expressões lingüísticas**: se usamos uma palavra como *plágio*, é porque temos critérios que indicam se ela cabe ou não em um dado contexto. Ao refletir sobre os critérios que determinam, por exemplo, se alguém está lendo, Wittgenstein se refere ao fato de que tais critérios governam o uso de expressões como “A está lendo”. Nas palavras de Garver (1994, p.182):

O que os critérios determinam não é o fato empírico relacionado a A estar lendo ou não, mas o “significado” de “A está lendo”. Desta maneira formam parte da “gramática” de expressões tais como “A está lendo” ou *leitura*<sup>7</sup>.

Essa passagem indica, pois, que os critérios fixam o sentido das expressões e não a verdade factual das coisas.

Outro ponto enumerado por Garver é o fato de que “**critérios são sempre critérios de alguém ou de algum grupo**”. Ao refletir sobre isso, o autor enfatiza que os critérios não são impostos, determinados *a priori*; são, como veremos mais

---

<sup>6</sup> Fazemos aqui referência a esse texto por ser ele claro e elucidativo, mas não podemos deixar de destacar que o próprio autor, em edição mais recente desse trabalho, reconhece que em vários momentos associou pontos do pensamento do “segundo” Wittgenstein à teoria lógica de forma pouco adequada (Cf. Garver, 1994, p.177).

<sup>7</sup> What criteria determine is not the empirical fact whether A is reading but the “meaning” of “A is reading”. In this way they form part of the “grammar” of such expressions as “A is reading”, or of *reading* (Garver, 1994, p.182).

adiante, resultado de um acordo frágil, de um compartilhamento de *formas de vida*. Lembrando Cavell, ele diz:

Stanley Cavell (1979, p.20) diz que a busca por critérios é uma busca por comunidade. Essa é uma maneira maravilhosa de colocar este ponto. Ela enfatiza que critérios são os critérios de algum grupo ou outro e enfatiza ao mesmo tempo seu status frágil e tênue. Não podem ser impostos, **devemos procurá-los**. Quando estão no lugar, representam um tipo de realização, a realização de ter chegado ao tipo de acordo de julgamento que constitui o começo da comunidade (Garver, 1994, p.186)<sup>8</sup>.

É importante ressaltar que não se trata aqui de um acordo deliberado de *opiniões*; como enfatiza Wittgenstein (IF § 241), é “na linguagem que os homens estão de acordo”, sendo este um acordo de “forma de vida”, Isso se articula a outra característica dos critérios wittgensteinianos sublinhada por Garver: o fato de que **critérios não são necessariamente razões para seguirmos esta ou aquela regra**. Nas palavras de Wittgenstein (1992, p.57):

É possível prosseguir e perguntar: “Como sabe que ele tem dor de dentes quando segura a face?”. A resposta poderia ser, “Sei que ele tem dor de dentes quando segura a face porque seguro a face quando tenho dor de dentes”. Mas, e se fosse ainda colocada a questão: – “E qual o motivo que o leva a supor que a dor de dentes corresponde ao facto de ele segurar a face, simplesmente porque a sua dor de dentes corresponde ao facto de você segurar a face?” Sentir-se-ão atrapalhados para responder a esta pergunta, e verificarão que deixaram aqui de poder argumentar, isto é, ter-se-ia chegado às convenções<sup>9</sup>.

*Não necessitamos de ter uma razão para obedecer à regra como o fazemos. A cadeia de razões tem um fim* (Wittgenstein, 1992, p.87)<sup>10</sup>.

Garver soma isso à análise do fato de serem os critérios de tal forma entretrecidos com as práticas lingüísticas, que freqüentemente **não somos capazes de enumerá-los ou descrevê-los**. Para o autor,

---

<sup>8</sup> Stanley Cavell (1979, p.20) says that the search for criteria is a search for community. That is a wonderful way to put this point. It stresses that criteria are the criteria of some group or other, and it stresses at the same time their tenuous and fragile status. They cannot be imposed, **we have to search for them**. And where they are in place, they represent a kind of achievement, the achievement of having arrived at the kind of agreement in judgment that constitutes the beginning of community (Garver, 1994, p.186).

<sup>9</sup> Now one may go on and ask: “How do you know that he has got toothache when he holds his cheek?” The answer to this might be, “I say, *he* has toothache when he holds his cheek because I hold my cheek when I have toothache” But what if one went on asking: – “And why do you suppose that [his] toothache corresponds to his holding cheek just because your toothache corresponds to your holding cheek?” You will be at loss to answer this question, and find that here we strike rock bottom, that is we have come down to conventions (Wittgenstein, 1979, p.24).

<sup>10</sup> We need have no reason to follow the rule as we do. The chain of reasons has an end.

[O] fato de que os critérios estão mais incrustados na prática do que na doutrina diz respeito à opção que Wittgenstein faz de começar pelas atividades humanas, e não, como no caso de Descartes e Hume, o pensamento. Como nos jogos de linguagem simples do começo das *Investigações filosóficas*, fazemos coisas; no curso de fazermos coisas, falamos; e no curso de falarmos, os critérios emergem (Garver, 1994, p.189)<sup>11</sup>.

Retomando a declaração wittgensteiniana de que “*Não necessitamos de ter uma razão para obedecer à regra como o fazemos*. A cadeia de razões tem um fim.”, Garver (1994, p.189) destaca que os **critérios são “tão precisos quanto é necessário para a comunicação humana”**; são “parte da forma de vida que compartilhamos”, nem mais nem menos precisos e transparentes, portanto, do que as nossas práticas. E esta é, para Wittgenstein, a medida da precisão necessária à sua descrição.

Essa relativa (im)precisão, liga-se o fato de que **“critérios pressupõem circunstâncias de aplicação”** (Garver, 1994, p.190), isto é, os critérios variam em diferentes contextos. Wittgenstein, no §164 das *Investigações*, diz “E em diferentes circunstâncias aplicamos critérios diferentes para a leitura de uma pessoa”<sup>12</sup>. Podemos dizer, por exemplo, de uma criança de 5 anos que já está lendo, quando pronuncia em voz alta os dizeres de um cartaz de rua sobre algum tema complexo que escape ao mundo instituído pelas práticas de que é capaz de tomar parte; em outras circunstâncias, podemos dizer que sabemos que alguém leu um texto porque, ao contrário do que ocorreria com essa criança, é capaz de parafraseá-lo. A idéia de que critérios pressupõem circunstâncias de aplicação pode também ser interpretada de modo mais amplo: os critérios de que nos valemos supõem uma certa configuração em nossas práticas. Tal configuração não é jamais *necessária* e eventuais mudanças aí implicam a possibilidade de a aplicação dos termos sofrer deslocamentos, capazes inclusive de ameaçar sua identidade.

Um exemplo wittgensteiniano oportuno lembrado por Garver a esse respeito é o dos conceitos de *pessoa e personalidade*, que aparece no Livro Azul (1992, p.109):

---

<sup>11</sup> The fact that criteria are embedded in practice rather than in doctrine is an aspect of Wittgenstein’s beginning with human activity rather than, as in the case of Descartes e Hume, with thought. As in the simple language-games at the beginning of the *Philosophical Investigations*, we do things; in the course of doing things we speak, and in the course of speaking criteria emerge (Garver, 1994, p.189).



Existem muitos usos da palavra “personalidade” que nos podemos sentir inclinados a adoptar, todos eles mais ou menos aparentados. O mesmo se aplica quando definimos a identidade de uma pessoa recorrendo às suas memórias. Imaginem um homem cujas memórias nos dias pares da sua vida incluíssem todos os acontecimentos de todos os dias pares, omitindo completamente o que tinha acontecido nos dias ímpares. Por outro lado, ele lembra-se num dia ímpar do que aconteceu em dias ímpares anteriores, mas a sua memória omite, nesse caso, os dias pares, sem qualquer sensação de descontinuidade. Se o quisermos, poderemos também supor que ele apresenta aspectos e características alternadas nos dias ímpares e pares. Seremos obrigados a afirmar que existem duas pessoas no mesmo corpo? Isto é, será correcto dizer que elas existem e errado dizer que não existem, ou vice-versa? Nem uma coisa nem outra. Com efeito, o uso *vulgar* da palavra “pessoa” é o que se poderia chamar um uso misto, apropriado em circunstâncias vulgares. Se eu supuser, como faço de facto, que estas circunstâncias são modificadas, a aplicação do termo “pessoa” ou “personalidade” será, desse modo, alterada; e se desejar preservar este termo e dar-lhe um uso análogo ao seu uso inicial, poderei escolher entre muitos usos, isto é, entre muitos tipos diferentes de analogia. Poderia dizer-se, num tal caso, que o termo “personalidade” não tem apenas um herdeiro legítimo.

Os critérios para um mesmo conceito podem, portanto, *em tese* entrar em conflito. Mas se isso acontece, em face de mudanças que incidam nas circunstâncias comuns que respondem pelo “uso misto da palavra”, a aplicação do termo terá mudado, e o conceito assim como o conhecemos se terá desfeito. Para Garver, a posição aparentemente paradoxal a que isso nos leva – critérios para um conceito podem entrar em conflito em tese, mas quando entram, deixam de ser critérios para *este* conceito –, se dissolve quando lembramos que “critérios são instrumentos humanos com usos característicos, que sua aplicação pressupõe circunstâncias que de fato comparecem com relativa frequência, e que, onde quer que não compareçam, os critérios não se aplicam e, portanto, deixam de existir” (Garver, 1994, p.181).

Em muitos casos, a imprecisão dos critérios a que nos referimos há pouco pode se confundir com a flutuação entre *critérios* e *sintomas* (cf. Wittgenstein, 1979, p.25). Para tentar esclarecer esse ponto – e por serem tanto a imprecisão dos critérios quanto a flutuação entre estes e os sintomas questões relevantes à nossa pesquisa – cuidaremos a seguir de levantar alguns pontos-chave sobre a relação entre esses dois conceitos.

O conceito de critério ganha um refinamento importante na filosofia de Wittgenstein, a propósito, a partir de uma tentativa do pensador de evitar uma

---

<sup>12</sup> “And in different circumstances we apply different criteria for a person’s reading.”

confusão terminológica entre *critério* e *sintoma*. Vejamos as palavras de Wittgenstein (1992, p.57-8):

Introduzamos, de modo a evitar certas confusões elementares, dois termos antitéticos: respondemos, por vezes, à questão “Como sabe que é isto que se passa?” indicando *critérios* e às vezes *sintomas*. Se a ciência médica chama angina a uma inflamação provocada por um bacilo particular, e nós perguntamos, num caso particular, “por que afirma que este homem tem anginas?” então a resposta “encontrei o bacilo da angina no seu sangue” fornece-nos o critério, ou o que podemos chamar de critério de definição da angina. Se, por outro lado, a resposta fosse, “a sua garganta está inflamada”, isto poderia indicar-nos um sintoma da angina. Chamo “sintoma” a um fenómeno cuja coincidência, de uma ou de outra maneira, com o fenómeno que constitui o nosso critério de definição, nos foi revelada pela experiência<sup>13</sup>.

No *Livro azul*, pois, como afirma Glock, *sintomas* são definidos como evidências empíricas que “sustentam uma conclusão por meio de teoria e indução”; por outro lado, um *critério* para uma afirmação constitui um fundamento para sua verdade, “não como uma evidência empírica, mas sim por conta de regras gramaticais” (Glock, 1998, p.117).

Assim definidos, interligados à gramática e distintos dos sintomas, os critérios têm uma aplicação fundamental no funcionamento da linguagem: são eles que permitem a um só tempo a elasticidade e a estabilidade necessárias para que façamos projeções e possamos utilizar – ou reconhecer – uma mesma(?) expressão lingüística em diferentes contextos, reconhecer quando algo satisfaz o conceito X, ou *conta* como X. Sobre isso, Mulhall esclarece um ponto bastante importante, de inspiração cavelliana (1996, p.6):

[...] os critérios nos dizem o que conta – mas esta palavra tem aqui um sentido duplo. Em primeiro lugar, os critérios são critérios de individuação: ao determinar o que conta *como* uma cadeira ou uma mesa, determinam aquilo que distingue uma cadeira de uma mesa. Em segundo lugar, os critérios manifestam o que conta *para* nós: ao determinar os modos como individualizamos as coisas, traçam distinções e conexões que são importantes para nós – aquelas que contam. A estrutura dos nossos conceitos é pois uma expressão dos interesses humanos, dos aspectos do

---

<sup>13</sup> Let us introduce two antithetical terms in order to avoid certain elementary confusions: To the question “How do you know that so-and-so is the case?”, we sometimes answer by giving ‘criteria’ and sometimes by giving ‘symptoms’. If medical science calls angina an inflammation caused by a particular bacillus, and we ask in a particular case “why do you say this man has got angina?” then the answer “I have found the bacillus so-and-so in his blood” gives us the criterion, or what we call the defining criterion of angina. If on the other hand the answer was, “His throat is inflamed”, this might give us a symptom of angina. I call “symptom” a phenomenon of which experience has taught us that it coincided, in some way or other with the phenomenon which is our defining criterion (Wittgenstein, 1969, p. 24-5).

mundo que nos parecem suficientemente importantes para que desejemos apreendê-los; e o acordo criterial sobre o qual repousa essa estrutura é uma expressão da sintonia que há entre os nossos interesses e as nossas reações às coisas do mundo. O acordo de critérios reflete um compartilhamento de rotas de interesse, de formas de reagir, de nosso senso de semelhança, importância, ultraje e assim por diante”

Trata-se, como observa Martins (2004), de uma “sintonia delicada” e volátil, que é mais bem compreendida se levamos em conta a ênfase wittgensteiniana no entrelaçamento entre linguagem e práxis. Enquanto a tradição pensou os critérios apenas como mecanismos de distinção e individuação, Wittgenstein abre um caminho para compreendermos a identidade dos critérios a partir de sua importância sócio-cultural. A passagem de Mulhall parece, pois, bastante esclarecedora quanto à função e ao impacto dos critérios sobre os significados e sobre o funcionamento da linguagem como um todo.

Vemos aqui que a base dos nossos conceitos e dos nossos critérios é algo dinâmico e contingente, sujeito à suspensão do consentimento por parte de quem esteja envolvido no jogo em questão. Assim sendo, a vagueza aparece no pensamento do segundo Wittgenstein como “uma característica essencial da linguagem” (Glock, 1998, p.127). Mas o termo vagueza aqui não deve ser compreendido como uma flutuação sem limites dos significados, nem como a possibilidade de ser qualquer expressão utilizada de qualquer modo (afinal, como vimos, há critérios, há regras, há a gramática); deve sim ser bem entendido como uma abertura à possibilidade de dúvida ou de questionamento em relação à utilização de uma expressão lingüística. Como nos explica Glock, o segundo Wittgenstein não faz uma “apologia” da vagueza: “apenas resiste à exigência dogmática da determinabilidade do sentido, isto é, à insistência na idéia de que a *possibilidade* da dúvida ou do desacordo quanto à aplicação de uma expressão deva ser eliminada” (Glock, 1998, p.117).

E aqui cabe termos o cuidado de esclarecer um ponto. A abertura para a possibilidade da dúvida ou para a suspensão de consentimento poderia mais uma vez abrir caminho para o ceticismo; se há sempre a possibilidade da dúvida, então como poderemos dizer que cabe dizer X em um dado contexto A? As passagens abaixo parecem deixar claro que Wittgenstein prevê como condição básica à execução de qualquer jogo a suspensão da dúvida a respeito de alguns pontos. Vejamos:

392. O que tenho de mostrar é que uma dúvida não é necessária, nem mesmo quando é possível. Que a possibilidade do jogo de linguagem não depende de se duvidar de tudo o que se preste a dúvidas (1990, p. 111)<sup>14</sup>.

[...]

337. Uma pessoa não pode fazer experiências se não houver coisas de que não duvide. Mas isso não significa que confie em certos pressupostos. Quando escrevo uma carta e a ponho no correio, parto do princípio de que ela chegará ao destino – espero-o.

Se faço uma experiência, não duvido da existência do aparelho que está diante dos meus olhos. Tenho muitas dúvidas – mas não *essa*. Se faço um cálculo, creio, sem qualquer dúvida, que os números no papel não mudam de espontaneamente e também confio na minha memória durante toda a operação, confio sem reservas. A minha certeza aqui é semelhante à de nunca ter estado na Lua (1990, p. 97)<sup>15</sup>.

[...]

345. Se pergunto a alguém “Que cor vê agora?” a fim de saber que cor há ali naquele momento, não posso perguntar ao mesmo tempo se o interrogado percebe inglês, se me quer enganar, se a minha memória não falha quanto ao significado do nome das cores etc. (1990, p. 99)<sup>16</sup>.

[...]

346. Quando no jogo xadrês procuro dar mate a alguém, não posso ter dúvidas sobre se as peças poderão mudar de posição por motu-próprio e se minha memória me prega partidas e eu não me apercebo delas (1990, p. 99)<sup>17</sup>.

Todos os trechos acima, retirados da obra *Sobre a certeza*, parecem apontar que o fato de *podermos* duvidar não implica a *necessidade* da dúvida. Os exemplos parecem bastante elucidativos nesse sentido, advertindo-nos quanto ao que há de descabido no impulso de “cortar o galho sobre o qual estamos sentados” (IF §55).

Abrir mão da precisão absoluta não é, enfim, incorrer na dúvida absoluta. No *Livro azul*, Wittgenstein faz uma analogia esclarecedora a esse respeito,

---

<sup>14</sup> What I need to shew is that a doubt is not necessary even when it is possible. That the possibility of the language-game doesn't depend on everything being doubted that can be doubted.

<sup>15</sup> One cannot make experiments if there are not some things that one does not doubt. But that does not mean that one takes certain presuppositions on trust. When I write a letter and post it, I take for granted that it will arrive – I expect that.

If I make an experiment I do not doubt the existence of the apparatus before my eyes. I have plenty of doubts but not *that*. If I do a calculation I believe, without any doubts, that the figures on the paper aren't switching of their own accord, and I also trust my memory the whole time, and trust it without any reservation. The certainty here is the same that of my never having been on the moon.

<sup>16</sup> If I ask someone “what colour do you see at the moment?”, in order, that is, to learn what colour is there at the moment, I cannot at the same time question whether the person I ask understands English, whether he wants take me in, whether my own memory is not leaving me in lurch as to the names of colours, and so on.

<sup>17</sup> When I am trying to mate someone in chess, I cannot have doubts about the pieces perhaps changing places of themselves and my memory simultaneously playing tricks on me so that I don't notice.

comparando a delimitação inexata dos limites do significado de certas expressões aos limites da luz de um candeeiro:

[S]ão muitas as palavras que não têm um significado preciso. Mas isto não é um defeito. Pensar o contrário seria como afirmar que a luz do meu candeeiro não é uma luz verdadeira porque não tem um limite bem definido (1969, p.61).

Ao longo desta seção, vimos alguns dos principais traços do conceito wittgensteiniano de critério e suas relações com as bases da filosofia desse pensador. Vimos que os critérios (a gramática, as regras) fixam a maneira como podemos falar das coisas, a despeito da não-fixidez dos significados. Vimos que, apesar de uma primeira sensação de abertura absoluta à flutuação semântica, o não-imanentismo de Wittgenstein aponta parâmetros que, por meio das práticas humanas, indicam a aplicação apropriada ou não de uma expressão lingüística, e que esses parâmetros passam pelos critérios. Vimos que essa elasticidade não é, pois, absoluta. Como nos diz Cavell (1996),

apesar de a linguagem – o que chamamos de linguagem – ser tolerante, de permitir projeção, não é qualquer projeção que será aceitável, isto é, comunicará. A linguagem é igualmente, definitivamente, intolerante – como o amor é tolerante e intolerante a diferenças, como materiais ou organismos o são a estresse, como comunidades o são a divergências, como as artes ou as ciências o são a variação<sup>18</sup>.

Por essa via, e munidos desse instrumental teórico, parecemos habilitados a seguir em nossa investigação e a tentarmos ver de que maneira esses conceitos podem indicar caminhos para pensarmos sobre a questão: “O que conta como um plágio?”.

Na próxima seção, veremos quais seriam e como se constituiriam critérios para a identificação de uma coisa como *a mesma* que outra, com vistas a aplicar, assim, o conceito wittgensteiniano ao nosso tema – o plágio textual. Interessa-nos aqui explorar especialmente o modo como a noção de critério abre, em Wittgenstein, caminhos para lidarmos com a “ameaça cética”.

---

<sup>18</sup> “though language – what we call language – is tolerant, allows projection, not just any projection will be acceptable, i.e., will communicate. Language is equally, definitively, intolerant – as love is tolerant and intolerant of differences, as materials or organisms are of stress, as communities are of deviation, as arts or sciences are of variation” (Cavell, 1996).

### 4.1.1

#### A mesma dor?

Ao nos confrontarmos com casos de plágio e com os debates que normalmente neles se envolvem, notamos que há algo de central seja qual for a perspectiva adotada: de um modo ou de outro, identificar o plágio implicaria reconhecer um texto como *o mesmo* que outro. Começamos a examinar essa questão na segunda parte do capítulo 3 e agora nos concentraremos em continuar esse trajeto, à luz do debate apresentado na seção anterior.

A passagem a seguir foi retirada do verbete *identidade* do dicionário de Glock e nos parece um ótimo começo para a discussão de que nos ocuparemos em seguida:

[...] Wittgenstein mostra que a identidade de um objeto consigo mesmo não nos fornece um paradigma absoluto para decidir o que conta como “fazer o mesmo” ao seguirmos uma regra. Somente no contexto da regra é possível determinar o que pode ser considerado como estar fazendo o mesmo; portanto, a noção de fazer o mesmo não pode, por si só, prover um padrão independente: o fato de eu dizer “6” depois de “2, 4” é algo que poderá ou não ser considerado como estar fazendo o mesmo, dependendo de eu estar seguindo a série  $y = 2x$  ou a série  $y = x^2$ . Não há uma única maneira, independente do contexto ou do propósito para determinar o que pode ser considerado como estar fazendo o mesmo. Em termos gerais, só faz sentido falar em identidade com relação a uma prática, que determina técnicas para estabelecer com quantas coisas se está lidando, e para especificar se algo com que agora nos defrontamos é ou não a mesma coisa com que nos defrontamos anteriormente. Tais critérios diferem conforme o tipo de coisas com que lidamos (Glock, 1998, p.203).

Os critérios para a determinação do *mesmo*, portanto, variam de acordo com o tipo de objeto com que nos deparamos e dependem do contexto da regra. Essa compreensão é fundamental para a nossa investigação, que prevê discutir em que sentido podemos dizer que um texto é *o mesmo* que outro e, mais que isso, em que contexto um critério é válido para chegarmos à conclusão de que algo *conta como* um plágio. Como vimos no capítulo 3, no caso do plágio, *o mesmo* não é um parâmetro absoluto. Dois autores apresentarem um mesmo texto é algo que pode em alguns casos envolver uma cópia condenável de obra alheia e em outros identificar uma referência que aceitamos como apropriação literária de uma influência. Em qualquer dos casos, o que contará como o mesmo será não uma convicção íntima e individual, respondendo antes ao acordo na forma de vida.

O movimento que vemos no pensamento wittgensteiniano de crítica à existência de critérios subjetivos e internos culmina com a aplicação do conceito de critérios a conceitos psicológicos, notadamente em suas reflexões acerca da dor. A esse respeito, diz Martins (2004, p. 5):

Convencido de que a perspectiva representacionista da linguagem é a raiz de toda sorte de doenças filosóficas (como, por exemplo, o ceticismo e o solipsismo), Wittgenstein nos convida a considerar sua alternativa radicalmente pragmática – e toma um interesse especial em demonstrar a adequação dessa alternativa no domínio das sensações, em que a tese rival parece a princípio tão particularmente atraente.

E se até mesmo para aquilo que normalmente vemos como algo de mais pessoal e subjetivo, mais preservado da determinação cultural, como a dor os critérios se mostram públicos e coletivos, não nos parece haver impedimentos para a extensão dessa crença na intersubjetividade criterial para o caso do reconhecimento de um texto como cópia (aceita ou não) de outro.

O fim do capítulo 3 nos deixou uma questão em aberto, que ficou por ser encaminhada mais adiante. Deparemo-nos agora com ela: naquele momento de nossa investigação, vimos que duas saídas pareciam se apresentar para o plágio textual: uma saída objetivista, que poderia chegar ao extremo de restringir a questão à comparação formal entre dois textos, e uma saída cética, que tenderia ao abandono da discussão por ver, de um lado, a insuficiência da solução objetivista e, de outro, uma flexibilização extrema da significação lingüística sustentada em uma visada não-imanentista da linguagem, o que inviabilizaria a investigação, levando mesmo ao questionamento da existência de algo que se reconheça como plágio.

Pudemos também naquela seção sentir a força que essa ameaça cética representa, quando passamos a encarar a significação lingüística como algo não totalmente estável, não-fixo e variável. A discussão das sensações promovida por Wittgenstein é especialmente oportuna também, aqui uma vez que, além de mostrar que os critérios são também aí públicos e intersubjetivos, repisa além disso a idéia de que tais fatos não necessariamente representam uma abertura ao ceticismo, ainda que o reconhecimento dessas características dos critérios tenha historicamente tendido a excitar, no caso das sensações e da dor, a dúvida cética.

Por conta da verificação do peso e da riqueza das considerações que levariam ao ceticismo em relação ao nosso objeto é que agora – no momento em

que pretendemos seguir por uma via alternativa ao caminho cético a que o não-imanentismo, acreditamos, também pode nos levar – optamos por fazer referência a um texto de Stanley Cavell, que mostra como a abordagem wittgensteiniana nos dá boas chances de superar as ansiedades do cético, a partir de uma compreensão interna das reflexões céticas, respeitando-as.

Referimo-nos ao texto *Knowing and Acknowledging*, no qual Cavell trata do ceticismo – em especial do debate acerca da existência de outras mentes. Nele, além de apontar para elementos da visada wittgensteiniana que nos levariam a superar alguns dos impasses apontados pelo cético acerca da existência de outras mentes, ele levanta pontos relevantes para este trabalho, ao indicar certos equívocos em análises feitas por outros comentadores da obra de Wittgenstein.

Um deslocamento específico faz desse texto um instrumento ainda mais profícuo para a nossa investigação sobre o plágio textual: Cavell pondera acerca da dúvida sobre a relação do ser humano com respeito à *dor do outro* e a identifica não com a esfera do *conhecimento*, mas sim com a do *reconhecimento*, conceito que, como veremos, seria uma inflexão do conhecimento, representando o lugar ocupado pelo conhecimento e da dúvida na gramática dos nossos conceitos psicológicos. A respeito desta noção cavelliana, vejamos as palavras de Mulhall:

Cavell [...] mostra como ele [o conceito de reconhecimento] surge no lugar dos conceitos de conhecimento e dúvida a respeito de conceitos psicológicos como potente síntese das reflexões wittgensteinianas. Para Cavell, a relação que cada um de nós tem com a dor do outro é mais bem caracterizada em termos de reconhecimento; como a incorporação daquele termo neste sugere, o reconhecimento não é mais que o conhecimento, mas uma inflexão deste – uma maneira de se enfatizar o fato de que a dor do outro reclama algo em mim<sup>19</sup>.

A análise do teórico sobre a dor indica que a dor do outro reclama algo em mim. Posso diante dela reagir manifestando empatia (conforme se espera em nossa forma de vida) ou recusando-me a agir, não manifestando empatia portanto. Posso colocar sob a dúvida cética a experiência que vivo, sentindo que “eu não tenho como saber *ao certo* que a criatura diante de mim tem uma mente como a

---

<sup>19</sup> Cavell [...] shows how it [the concept of acknowledgment] emerges as an apt summation of Wittgenstein’s remarks on the place of knowledge and doubt in relation to the grammar of psychological concepts. For Cavell, the human individual’s relation to another’s pain is best characterized in terms of acknowledgment rather than knowledge; as the embodiment of the latter



minha; não tenho como saber se tem *a mesma* coisa que eu tenho quando tenho dor”. Se, como vimos, os critérios que garantem a identidade das coisas – da dor, do plágio – se fundam exclusivamente em nossa forma de vida, sendo, portanto, cambiáveis e voláteis, então eles estarão *sempre* vulneráveis à suspensão do consentimento, à “retirada cética”. E aqui está mais um ponto de extrema importância no pensamento wittgensteiniano e na leitura dele feita por Cavell: se eu me recuso a agir, se, por exemplo, não manifesto empatia diante da dor do outro, não significa que tenha havido uma falha *cognitiva*, sinaliza mais, talvez, um cansaço ou um vazio espiritual ou qualquer coisa do gênero. Isso é um ponto importante: significa que, em uma perspectiva wittgensteiniana, lidar com a ameaça cética não é necessariamente refutá-la teoricamente e de forma cabal, eliminar a sua possibilidade – é talvez, antes, sublinhar o seu esvaziamento – lembrar que o próprio jogo da dúvida pressupõe o da certeza, o que parece ser o empenho de Wittgenstein em seu *Sobre a certeza*, conforme atestam as passagens citadas um pouco acima.

A nossa habilidade para reconhecer a dor do outro ou a nossa própria dor estaria pois totalmente ligada ao que aprendemos em nossas práticas; o que aprendemos sobre a dor é como o que aprendemos sobre mesa, papel, caneta, plágio, ou seja, aprendemos o que é dor, mesa, caneta ou plágio juntamente com as palavras “mesa”, “caneta”, “plágio”, “dor”, no interior das práticas de que tomamos parte.

Cavell desenvolve sua argumentação na tentativa de indicar que alguns filósofos da linguagem ordinária fazem alegações de certeza contra a posição cética que são tão equivocadas quanto o posicionamento que pretendem rebater. Para Cavell, um ponto falho da crítica feita pelos filósofos da linguagem ordinária ao ceticismo é a crença que têm na tese de que a mera reiteração dos critérios refutaria o cético. Para Cavell, isso seria um equívoco uma vez que o cético questiona a *existência* das coisas, ao passo que os critérios determinam a sua *identidade*. O reconhecimento da força do questionamento cético e da necessidade de que tratemos do assunto com o devido respeito a esse posicionamento leva Cavell a não classificar como descabida a dúvida cética em torno do tipo de

---

term in the former suggests, acknowledgment is not something other than knowledge but an inflection of it – a way of emphasizing the fact that another’s pain makes claim upon me.

estabilidade que seria garantida pelos critérios, uma vez que estes se fundam tão somente em nossas formas de vida.

De acordo com o teórico, alguns comentadores de Wittgenstein promoveriam um descarte da posição cética de maneira por demais ligeira. O respeito que Cavell nos convida a dispensar à posição cética pode ser identificado na recapitulação feita por ele de um princípio básico da própria filosofia (em particular da filosofia da linguagem ordinária), a saber, “você não sabe melhor do que os outros o que alega saber; no que tange aos dados para a filosofia nossas posições se equivalem” (Cavell, 1996, p.48).

O descarte rápido demais, promovido por alguns pensadores e identificado por Cavell, se basearia, de acordo com este último, em alguns argumentos falhos. O primeiro que ele aponta seria o de que o que o cético diz vai contra a linguagem ordinária. Esse argumento não se sustenta, para Cavell, uma vez que o cético *reconhece* esse desvio. Nas palavras de Cavell (1996, p.48):

Quando o cético repudia algo que todos diríamos ser a coisa certa [...] ele imediatamente admite, por exemplo, que “por propósitos práticos” eu estou certo e que “de certo modo” eu posso ver isso – concessões que registram exatamente seu conhecimento de que suas conclusões são incompatíveis com o que deveria comumente ser dito e que deixam o que é comumente dito praticamente intacto, se um tanto envergonhado<sup>20</sup>.

Esse argumento se estende, chegando os críticos a dizer que o cético não poderia estar falando sério, que o que diz é por demais absurdo. Ao que Cavell rebate: se assim é, por que os críticos se dariam o trabalho de respondê-los?

A crítica feita pelos filósofos analisados por Cavell parece se basear na idéia de que o recurso à linguagem ordinária equivaleria a uma defesa do senso comum. Sobre isso, Cavell alerta (1996, p.49): “um apelo às coisas que diríamos não é o mesmo que um testemunho daquilo em que todos acreditamos”. Apenas se acreditarmos equivocadamente que o recurso à linguagem ordinária equivale a um testemunho daquilo é que o consideraremos um instrumento eficiente para refutar o cético.

---

<sup>20</sup> When the skeptic repudiates something we would all say is the correct thing [...] he immediately goes on to concede, for example, that “for practical purposes” I am certain and that “in a sense” I can see it – concessions which exactly register his knowledge that his conclusions are incompatible with what should ordinarily be said, and which leave what is ordinarily said quite intact, if somewhat abashed (Cavell, 1996, p.48).

E aqui Cavell nos fornece um outro interessante deslocamento. Para ele o recurso à linguagem ordinária deve servir a outro fim, como vemos em suas palavras:

Mas o meu interesse em retomar o que eu diria em tal e tal situação [...] não é o de preservar as minhas crenças. [...] pode-se dizer que meu interesse está em descobrir o sentido das minhas crenças, o solo particular que elas ocupam. Isso não equivale a fornecer evidências para minhas crenças. Seria mais uma questão de torná-las evidentes (Cavell, 1996, p.49).

Tendo tido seus argumentos desarmados, estariam os críticos à mercê do cético? Cavell diz que a resposta para essa pergunta tem duas faces. Por um lado, sim, estão, uma vez que o teste final para a crítica feita por eles seria o improvável reconhecimento, por parte dos céticos, de que os argumentos de seus adversários sejam pertinentes – já que os céticos têm, como se viu, a mesma autoridade que seus críticos. Por outro lado, não; o desmonte dos argumentos listados acima não indicaria a impossibilidade de uma *reação* ao posicionamento cético e sim a inviabilidade de *refutá-lo*. Não se trata de fazer com que os céticos e seus críticos concordem, mas de lançar luz sobre um solo comum de que depende qualquer acordo ou discordância.

O passeio que fizemos por esses pontos centrais do texto cavelliano nos confirma o peso dos questionamentos céticos e a necessidade de respeitá-los – até porque não parece tarefa simples descartá-los. No diálogo crítico que Cavell estabelece com os filósofos da linguagem ordinária em seu texto, uma dessas interlocuções específicas merece menção aqui: trata-se do diálogo mais direto com um renomado comentador do pensamento wittgensteiniano, N. Malcolm. Concentrado em questões como “Quem é o cético?” e “Qual a força de suas posições?”, Cavell contrasta seus argumentos com os de Malcolm.

O artigo de Malcolm (1967, p.129-58) tem como objetivo refutar o ceticismo quanto à existência de outras mentes e a idéia de que “só eu sei da minha dor”, bem como suas conseqüências céticas e solipsistas. Ele pretende demonstrar em espírito wittgensteiniano que duas pessoas podem ter *a mesma* dor. Para tanto, ele se propõe investigar, a partir da gramática da expressão *o mesmo*, os critérios de identidade disponíveis. A partir dessa investigação, ficaria evidente que diferentes objetos possuem diferentes critérios de identidade: sensações – cores, doenças, estilos – seriam identificadas descritivamente, ao passo que outros

objetos (principalmente os materiais) poderiam ser identificados, por exemplo, pela localização, pela integridade física. Estabelecendo-se isso, estaria aberto o caminho para refutar a idéia cética de que duas pessoas não podem ter a mesma dor. Cavell, no entanto, tenta demonstrar que isso não seria suficiente para refutar o questionamento cético uma vez que, segundo o autor, tipos de objetos e critérios de identidade não se dispõem de forma tão organizada quanto parece pressupor Malcolm. Mais que isso, determinados tipos de objeto aceitarão mais de um tipo de critério.

Com o intuito de explorar o lugar da dor entre dois critérios de identidade – o numérico e o qualitativo –, somos apresentados a um primeiro experimento de pensamento, que pretende investigar a seguinte pergunta: “Como duas coisas podem ser *a mesma coisa*?” (Cavell, 1996, p.51).

Da frase “Eu e ela temos *o mesmo* carro”, fica demonstrado que o termo *o mesmo* pode se aplicar, para objetos materiais, *numérica* (um mesmo carro) ou *qualitativamente* (dois carros da mesma marca). No caso das cores, temos em “O meu carro e o dela têm *a mesma* cor” há ausência de ambigüidade, uma vez que aqui só se aplicaria a identidade qualitativa. Já no caso da cor, Malcolm sustenta que não cabe falarmos em identidade ou diferença numérica (o vermelho de um carro sendo numericamente diferente do mesmo tom de vermelho em outro carro). Malcolm estende esse raciocínio para o caso das dores, alegando não haver sentido, também aí, falar em identidade numérica. Enfatiza que, no caso da dor, o critério descritivo é suficiente, o que tornaria descabida a dúvida cética quanto à dor do outro.

Cavell, contudo, questiona essa afirmação, retrucando que no caso da dor (e não no da cor) parece sim haver algum sentido em falar em *duas* dores numericamente distintas: eu tenho a minha e você tem a sua; se eu tomo uma aspirina, não é a sua dor que passa. Para Cavell, o filósofo da linguagem ordinária incorre paradoxalmente no problema que busca superar na filosofia tradicional: afasta-se de usos comuns de linguagem que são perfeitamente legítimos, para forçar a plausibilidade de uma posição filosófica.

Cavell mostra enfim que Malcolm não consegue demonstrar que não faz sentido falar em identidade numérica no caso da dor. Dor e cor são descritivamente identificadas, o que também pode acontecer no caso do objeto material *carro*, quando dizemos, por exemplo, “Eu e ele temos o mesmo carro”.

Contudo, a frase citada possui uma ambigüidade que não comparece no caso da cor. Assim, para dor, bem como para carro, a identidade descritiva não parece excluir a possibilidade da diferença numérica.

Ao buscar um aspecto da gramática de *o mesmo* que nos possibilite afirmar que “Nós temos a *mesma* dor”, Malcolm deixa de reconhecer um ponto muito contundente do argumento cético, a saber, a idéia de que, em certa medida, estamos em isolamento, separados uns dos outros. A estratégia utilizada por Malcolm para confrontar o cético, a partir da afirmação de que “podemos ter a *mesma* dor” é falha e “perpetua a idéia de que *poder ter a mesma dor* é relevante para saber o que o outro está sentindo” (Cavell, 1996, p.56).

E aqui parece útil lembrarmos uma observação feita por Martins (2004, p.6):

[...] os critérios são em certo sentido critérios de individuação. E esses critérios embutidos na língua manifestam também “o que conta” no sentido daquilo que é importante para os seres humanos ou para uma comunidade lingüística.

Ou seja, os critérios de que nos valem são de identidade (o que conta como dor?), mas são também de importância (Como a dor conta na nossa vida?). No caso específico da dor, parece que o critério de importância se sobrepõe ao da identidade numérica, isto é, parece mais relevante *reconhecer* que temos dor do que identificar se ela é a mesma ou diferente da que outra pessoa sente (ou até da que nós sentimos).

Por fim, Cavell examina o argumento de Malcolm de que em “Eu sei que estou com dor” a expressão “Eu sei” não desempenha qualquer dos seus papéis normais –“alegar motivos, autoridade e posição privilegiada”<sup>21</sup>. Para Cavell, no entanto, todas essas funções estariam associadas à esfera da certeza, havendo outros papéis para a expressão *saber*, das quais ele destaca especialmente o do *reconhecimento*. A esfera do reconhecimento se distancia de uma certeza cognitiva. A armadilha do ceticismo residiria em atermo-nos sempre a sentidos de *saber* que se prendem à esfera da certeza. Quando pensamos em *reconhecimento*, desfaz-se essa ameaça. O recurso à esfera do *reconhecimento* acomoda o fato de que existe sempre a possibilidade do não-reconhecimento, uma vez que não se

---

<sup>21</sup> “claiming grounds, authority and privileged position”.

trata de uma questão de certeza; se eu não reconheço a dor do outro, isso não se deve, no entanto, como vimos no início desta seção, a uma falha cognitiva.

#### 4.1.2

##### O mesmo texto?

O passeio pela análise cavelliana sobre o ceticismo e os recursos por ele apresentados para a superação de ansiedades céticas auxilia-nos a trazer para o nosso objeto as reflexões wittgensteinianas. Como poderíamos responder à propensão à dúvida que surge no confronto do cético com a inexistência de uma ligação objetiva entre palavra e sentido, levando-o a questionar mesmo a existência de algo que pudesse ser reconhecido como plágio?

Sob o ângulo wittgensteiniano, à pergunta cética “O plágio existe?” não pode ser *refutada* com a afirmação de algum critério metafísico absoluto de individuação. Pode, no entanto, ser talvez *rebatida* se consideramos que os critérios de que nos valem para determinar se algo como algo são também critérios de *importância*: encontramos nas nossas práticas cotidianas um lugar para chamarmos algumas coisas de plágio; verificamos a existência de leis que tentam regulamentar casos de “cópias condenáveis”, o desenvolvimento de *softwares* que tentam detectar e punir plagiários. Sublinha-se, sob essa perspectiva, menos a impossibilidade da pergunta e mais o seu relativo esvaziamento.

A descrença em uma definição única e absoluta para o plágio, algo que lhe assegure o aprioristicamente significado e o reconhecimento, não nos leva, pois, à descrença na sua existência. Critérios determinam que tipos de cópias ou referências são aceitas nesse ou naquele contexto. Como vimos, a continuidade de um jogo, depende de novos e válidos lances feitos pelos seus participantes; por vezes uma influência será vista como uma bela releitura, em outros contextos, no entanto, será classificada como apropriação indevida de obra alheia.

O que vemos ao tentarmos identificar o que conta como um plágio é sim uma oscilação entre sintoma e critério talvez um pouco mais intensa do que no caso de outros tipos de objetos, um ponto que mereceria um espaço maior do aquele que poderá ter aqui. Os critérios para a identificação daquilo que conta

como uma caneta parecem mais estáveis, deixam talvez a sua arbitrariedade um pouco mais à sombra, do que, por exemplo, aqueles utilizados para determinar se um dado lance que ocorreu na pequena área de um campo de futebol foi um pênalti ou não. No caso do plágio, esses critérios parecem ter também uma variação mais ampla e uma determinação mais nitidamente arbitrária, considerando-se, por exemplo, a recorrência com que, nesses casos, os jogos de linguagem precisam ser interrompidos impondo-se refletir sobre o que afinal conta como plágio. O que, no entanto, não nos levaria, ainda assim, a uma atitude cética quanto à identidade do plágio, uma vez que, como vimos na análise cavelliana, a *possibilidade* da dúvida, do não-reconhecimento, não implica a sua *necessidade*.

E o risco é, como vimos, uma característica fundamental da linguagem; por vezes, damos lances que não são válidos em um determinado jogo, e isso é totalmente normal, já que não temos acesso às regras antes de nos tornarmos participantes do jogo; não nos é permitido olhar de fora para dentro, estudar o funcionamento de uma dada prática para depois nos tornarmos parte dela. Aprendemos, como vimos, o que conta como um plágio, juntamente com a palavra plágio, a partir das nossas práticas.

Como foi visto, critérios associam-se à individuação e à importância. Quando nos perguntamos: “É importante reconhecer instâncias individuais de plágio em nossas práticas?”, responderemos que sim ao pensarmos, por exemplo, no caso da produção acadêmica, nas leis dos direitos autorais etc. – quando é relevante para nós determinarmos se, em um dado contexto, uma coincidência detectada deve ser punida, ignorada, reverenciada etc. Isso não impede, no entanto, que reconheçamos, como foi visto no capítulo 3, o caráter circunstancial e historicamente determinado dessa importância, saliente quando contrastamos o momento contemporâneo com épocas em que a questão da autoria não recebia a ênfase de que passou a desfrutar após a criação da indústria gráfico-editorial.

\*\*\*

Neste capítulo levantamos uma série de pontos acerca do conceito wittgensteiniano de critério, destacando o modo como nos auxilia a pensar na questão da identidade do plágio para além da ameaça cética. Agora que mergulhamos na investigação acerca dos critérios e os relacionamos ao plágio

textual, parece útil passarmos à análise de algumas situações associáveis ao fenômeno plágio trazendo a discussão precedente para um plano mais concreto. É a isto que se dedicará o próximo capítulo.